



Interpelação Escrita

Resta cerca de um mês até terminar o contrato de concessão do serviço terrestre de televisão por subscrição e também o acordo entre a TV Cabo Macau e os anteneiros. A população e os vários sectores da sociedade estão muito preocupados, pois não sabem se a transição irá decorrer sem sobressaltos, nem como será desenvolvido o serviço televisivo. Recentemente, o Governo solicitou à Universidade de Macau que procedesse a um estudo especializado sobre esta questão e, na opinião dessa Universidade, quando o referido contrato chegar ao fim, o Governo pode criar um pacote grátis de “canais básicos” de sinal aberto. Mais, refere que este serviço pode ser disponibilizado por uma empresa pública ou por uma entidade sem fins lucrativos, designadas para o efeito, sendo que estas passam a utilizar a actual rede de antenas dos anteneiros, ou, no futuro, será a companhia de rede fixa a disponibilizar os canais grátis à população, a qual tratará, nomeadamente, de captar os sinais, assim como de integrar e reenviar os respectivos canais.

Contudo, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas referiu, há dias, que será difícil encontrar uma entidade sem fins lucrativos adequada para os trabalhos de reenvio dos sinais antes do término do referido contrato,



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

pelo que o Governo está a ponderar financiar a criação de uma companhia e aplicar as actuais técnicas de envio dos canais básicos, assim como referiu que esta será uma medida a aplicar a curto prazo, sendo que as situações concretas serão dadas a conhecer em momento oportuno. Mais, referiu que o serviço de televisões por subscrição já não será concedido por meio de exploração exclusiva, passando a ser totalmente aberto ao mercado, contudo, ainda assim, terá de ser estabelecido o necessário diálogo com a TV Cabo Macau. De facto, ainda temos de esperar pela divulgação em concreto desta proposta pelo Governo, contudo, este método de trabalhar “quando está prestes a terminar o prazo” leva com que as pessoas sintam que o Governo é muito passivo e que “haverá muita confusão nos trabalhos”, porque está a fazer tudo em cima da hora, pelo que as pessoas estão preocupadas, pois duvidam que a referida proposta consiga assegurar o direito de os residentes verem televisão.

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O Governo pondera financiar a criação de uma companhia para o reenvio dos sinais, contudo, mencionou que esse trabalho é bastante complexo, pois envolve, nomeadamente, questões técnicas, jurídicas, de funcionamento e de direitos do autor. Resta-nos apenas um mês para o

2/4

IE-2014-03-17 Chan Meng Kam (P) LML-MMC



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

término do contrato e os referidos trabalhos ainda estão numa fase preparatória. Pelo exposto, como os referidos trabalhos são volumosos e de grande complexidade, consegue o Governo garantir a sua finalização a tempo? Mais, como será desenvolvido este método, a longo prazo, tendo em conta os benefícios económicos e a salvaguarda do direito de a população ver televisão? O Governo fez uma avaliação geral sobre estas questões? Caso esta proposta não consiga ser aplicada, como é que o Governo vai resolver a questão?

- 2. O que mais preocupa a população é conseguir que os seus direitos de ver televisão sejam salvaguardados, e a preocupação fulcral é saber se os “canais básicos” conseguem satisfazer as suas necessidades. De acordo com as opiniões emitidas no relatório de investigação da Universidade de Macau, aquando da definição dos “canais básicos”, o Governo deve ter em conta 3 pontos que incluem, nomeadamente, o interesse público, os costumes de ver televisão da população e as necessidades da sociedade em especial. Tendo em conta estes 3 pontos, como é que o Governo vai definir, com justiça e por meios científicos, o número e o tipo de “canais básicos” a disponibilizar à população?
3. O Governo referiu que está, actualmente, a dialogar com a TV Cabo

3/4

IE-2014-03-17 Chan Meng Kam (P) LML-MMC



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(Tradução)

Macau sobre as questões da renovação do contrato, contudo, existem dificuldades, assim como referiu que tem um plano de reserva. Com vista a evitar que a população tenha preocupações e se ponha a vaticinar sobre o referido plano de reserva, vai o Governo dá-lo a conhecer com a maior brevidade possível? Mais, como será efectuada a abertura efectiva do mercado do serviço de transmissão dos canais televisivos?

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau

Chan Meng Kam

17 de Março de 2014